



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 10.606/16

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores de Cuité, concedendo Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais a Sra. Maria de Fátima Lima Soares, Matrícula nº E20111, Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época do ato, com 2.875 dias de serviço, e idade de 38 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício – Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício – Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC nº 10.606/16

Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): Maria da Aparecida Silva Pontes
Órgão: Instituto de Previdência dos Servidores Público de Cuité
Gestor Responsável: Halina Helinskia Santos Araujo
Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC – 3.912/2016

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 10.606/16, referente à Aposentadoria por Invalidez com proventos integrais a Sra. Maria de Fátima Lima Soares, Matrícula nº E20111, Auxiliar de Serviços Gerais lotada na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

Assinado 6 de Dezembro de 2016 às 12:20



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE

Assinado 5 de Dezembro de 2016 às 11:50



Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho

RELATOR

Assinado 5 de Dezembro de 2016 às 12:25



Luciano Andrade Farias

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO